

MARCAS PORTUGUESAS NA MODERNA CARTOGRAFIA CABO-VERDIANA

MARIA HELENA DIAS ¹

Sensação seria haver ainda uma ou outra casa, de pé, intacta, desafiando a estiagem! Mas ele tinha de aguentar-se. Desfez-se dos animais, desfez-se das sementes, desfez-se do ouro, desfez-se dos móveis, fora-se-lhe a alegria, a própria saúde, a morte levava-lhe os filhos, mas a casa, não! O soalho, o telhado, as portas, as janelas, não! A casa ficaria de pé! Fora um legado do pai, senhores!

*– Sabes? (...) Passaram por aqui os «homens» e desfiz-me de tudo... A gente não aguentava mais, Bento! – e desatou num pranto que era bálsamo profundo.
O cheiro da farinha de pau recendia como nunca e fazia-lhes crescer água na boca. As chuvas voltariam e a casa haveria de recompor-se.*

MANUEL FERREIRA, *Quando as chuvas não voltam mais*, in *Morabeza. Contos de Cabo Verde*, 1958

Situadas na rota para o Índico e para o Brasil, as ilhas de Cabo Verde passaram, logo após descobertas, a ser figuradas de forma muito geral nas cartas atlânticas. As mais antigas imagens que chegaram até aos nossos dias, nas quais um número variável de pequenas ilhas aparece disseminado ao largo da costa ocidental africana, são estrangeiras mas parecem provir de cartas-padrão portuguesas (como nas várias versões dos atlas de Benincasa, desde 1468 a 1480) ou resultarem da sua ampliação (como no manuscrito de Valentim

¹ Professora Associada da Universidade de Lisboa e investigadora do Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras. Endereço do CEG no início do volume. E-mail: mhdias@mail.doc.fl.ul.pt

Trabalho parcialmente efectuado no quadro do Projecto «Fontes cartográficas portuguesas dos séculos XIX e XX: as instituições e os mapas», subsidiado pelo Programa PRAXIS XXI e pelo FEDER (PRAXIS/2/2.1/CSH/863/95). Só o inventário das cartas, referentes aos séculos XIX e XX, foi efectuado no âmbito deste projecto, enquanto o tratamento do material e a redacção do trabalho decorreram fora das suas actividades.

Fernandes, 1506-1508, tipógrafo/impressor alemão que esteve em Lisboa em finais de Quatrocentos, cujas *Relações*, entre as quais figura a primeira descrição conhecida das várias ilhas atlânticas, e cartas são apresentadas e estudadas por A. FONTOURA DA COSTA, 1939). Depois, começaram a representar-se pormenores, que às vezes acompanhavam as descrições do arquipélago: vistas da costa, esboços de alguns locais de desembarque ou de ilhas...

Pela Cartografia de Cabo Verde interessar-se-iam não só os portugueses mas ainda os holandeses, franceses, ingleses e alemães². E pelo menos até princípios do século XX os estrangeiros continuaram a representar o arquipélago.

ANTECEDENTES DA MODERNA CARTOGRAFIA

Após a importante contribuição nacional para as primeiras representações de Cabo Verde que começaram a preencher as cartas náuticas atlânticas, a renovação destas cartas no século XVIII e no começo do século XIX foi devida, primeiro, aos franceses e, depois, aos ingleses. Com a resolução do problema das longitudes, as cartas levantadas pelos franceses, na segunda metade de Setecentos, passaram a comportar uma escala de longitudes. Deste período, A. TEIXEIRA DA MOTA (1961, est. IX) reproduz uma carta náutica geral, datada de 1772, de Eveux de Fleurieu, com indicação das observações de longitude, com a qual se identifica o *Plano das ilhas de Cabo Verde tirado por Francisco António Cabral*, de 1790. Este professor de matemáticas aplicadas à pilotagem publicou, entre outras obras, uma *Memoria hydrographica das ilhas de Cabo Verde (...)*, 1804, que acompanhou aquela carta, contra a qual houve uma contestação anónima, feita por alguém da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica, segundo a qual a carta não mereceria confiança.

À Sociedade, o embrião da primeira instituição cartográfica nacional, criada em 1798 e suspensa quando a Família Real embarcou para o Brasil em 1807, competia, entre outras, a publicação das cartas marítimas para o serviço da Marinha Real e Mercante. Era então proibida a venda de cartas marítimas, nacionais ou estrangeiras, que não tivessem sido por ela examinadas e aprovadas, favorecendo-se o consumo de cartas nacionais, «muito superiores em exactidão». A censura anónima, publicada em 1805, à carta de Cabral, que fora examinada por Manuel do Espírito Santo Limpo e Custódio Gomes Vilas-Boas por ordem da Sociedade, é na realidade da autoria do primeiro (A. TEIXEIRA DA MOTA, 1972), que fora nomeado, com outros, censor da carta impressa e dos planos por imprimir e ainda da memória que os acompanhava. A Sociedade

² Para o conhecimento da Cartografia cabo-verdiana vejam-se os trabalhos de A. TEIXEIRA DA MOTA (1961) e de CARLOS ALBERTO MEDEIROS (1968).

não aprovou a publicação dos planos e contestou a carta gravada, em anúncio na «Gazeta de Lisboa» (23 de Julho de 1799). À censura, destituída para ele de qualquer fundamento, CABRAL respondeu com uma *Segunda memoria hydrographica das ilhas de Cabo Verde (...)*, em 1806. Como esta segunda edição fora anunciada na mesma Gazeta, em 1804, Limpo pede à Sociedade que publique o que sobre a carta escrevera em 1799, o que se viria a verificar em 1805. Para além deste manuscrito, existe na Biblioteca de Marinha, em Lisboa, proveniente do Rio de Janeiro (de onde retornou mais recentemente parte do espólio que fora embarcado em 1807 para o Brasil), um outro contendo as «Notas à segunda memória hidrográfica», talvez de 1806, que deve constituir a réplica do mesmo Manuel do Espírito Santo Limpo, oficial da marinha e de engenharia e director do Observatório Astronómico da Marinha, à nova versão do trabalho de Cabral.

Sendo o século XVIII um período decadente da Cartografia hidrográfica portuguesa, no qual os pilotos nacionais utilizariam sobretudo cartas estrangeiras dos nossos espaços, o mesmo não aconteceu com a Cartografia terrestre, nomeadamente nos antigos territórios coloniais, onde os engenheiros militares procederam a muitos levantamentos (A. TEIXEIRA DA MOTA, 1961). São disso exemplo as cartas anónimas das ilhas cabo-verdianas, provavelmente do último quartel de Setecentos, atribuídas a António Carlos Andreis, que o marquês de Pombal em 1765 mandara servir em Cabo Verde durante seis anos. Paralelamente, são efectuadas descrições das ilhas (sem cartas), tais como as de António Pusich sobre S. Nicolau, de 1803, ou sobre o conjunto das ilhas, de 1810 (cujos manuscritos O. RIBEIRO publicou e comentou em 1956), e ainda o *Ensaio* DE JOÃO DA SILVA FEIJÓ, de 1797 (publicado em 1815).

Mais tarde, estas descrições seriam largamente desenvolvidas com JOSÉ JOAQUIM LOPES DE LIMA (1844) e com J. CHELMICKI (1841), já com inclusão de alguns mapas. Lopes de Lima, oficial da Armada, apresentou nos seus *Ensaios sobre a statistica das possessões portuguezas (...)*, que deveriam comportar seis volumes (dos quais só se publicaram cinco e os dois últimos pela mão de Francisco Maria Bordalo), apenas uma carta hidrográfica geral, semelhante à do Almirantado Inglês (1822) e à de Chelmicki, e dois pequenos planos de portos, por ele próprio levantados à maneira holandesa em 1827 (Porto da Praia e Porto Grande de S. Vicente). Por seu lado, Chelmicki, um engenheiro militar de origem polaca que veio para Portugal ainda jovem e que aqui viveria até à sua morte, publicou na sua *Corografia cabo-verdiana* (1841), feita em colaboração com Adolfo de Varnhagen, um plano do Porto da Praia que parece claramente decalcado de um outro inglês, do Almirantado (1813). Fruto ainda da sua comissão de serviço de um ano em Cabo Verde é a carta geral do arquipélago, numa escala aproximada de 1:700 000 (como a de Lopes de Lima) e com data de 1843, também ela semelhante à inglesa, que foi inserida no tomo II da *Corografia*.

Por esta mesma altura, António Maria de Fontes Pereira de Melo, nomeado por seu pai, quando era governador de Cabo Verde, para proceder a vários estudos, levantou, entre 1840 e 1842, alguns planos de portos; sendo depois

eleito deputado às Cortes por este arquipélago, entrou a partir de então na vida política portuguesa, na qual se destacou com notável brilho.

Vários exploradores estrangeiros deixaram também marcas na Cartografia cabo-verdiana. Em 1842 esteve na ilha do Fogo, durante alguns dias, o francês SAINT-CLAIRE DEVILLE, que a representou, na escala de 1:200 000; esta carta foi depois incluída num trabalho publicado no seu país (1849), a par com três dezenas de reproduções de cartas antigas, estendendo-se por um período de quase quatro séculos. E, em 1863, Afonso Stübel percorreu a maioria das ilhas, representando-as em 11 cartas, de escalas variáveis (1:50 000 a 1:200 000), que infelizmente nunca chegaram a ser editadas. De valor desigual, algumas incompletas e todas sob a forma de esboços, estas cartas cobriram seis ilhas, ficando a faltar as do Sal, Maio, Fogo e Brava.

A COMISSÃO DE CARTOGRAFIA E AS DIFICULDADES DE CONCRETIZAÇÃO DE UMA COBERTURA MODERNA

Foi, portanto, relativamente intensa a actividade cartográfica sobre estes espaços insulares até ao momento em que essas actividades passaram a ser organizadas e centralizadas pela Comissão de Cartografia, criada em 1883 no Ministério da Marinha e Ultramar. O contexto internacional forçaria os portugueses a representar e delimitar rapidamente os seus vastos domínios, que outros em parte também reivindicavam. Apesar das dificuldades, iniciam-se de imediato os trabalhos da Comissão. E as primeiras representações, quer terrestres quer hidrográficas, passarão de S. Tomé para Cabo Verde e daí continuarão para outras colónias, com ritmo de edição acelerado, compilando-se em Lisboa informações conhecidas com outras trazidas destes territórios e tentando-se uniformizar as cartas.

Sob a coordenação de Ernesto de Vasconcelos foi feita a primeira cobertura detalhada de Cabo Verde, editada pela Comissão de Cartografia entre 1886 e 1894 (8 fls., incompreensivelmente sem a ilha de Maio), na mesma escala da cobertura do continente (1:100 000) mas sem a sua inovação e qualidade. Estas cartas foram, aliás, muito criticadas pela ausência de informação sobre as vias de comunicação e os cursos de água, bem como pela toponímia escassa e, sobretudo, pela grosseira figuração do relevo, sugerido por sombreados (e onde apenas aqui e ali pontua uma ou outra altitude) ou, como diria BERGT (1914), por meio «dessas conhecidas figuras, semelhando lagartos», verificando-se «muitos e graves erros com respeito à direcção e à extensão». A da ilha Brava seria considerada a folha mais defeituosa, mas a do Fogo foi também muito criticada: FRIEDLAENDER (1914) diria mesmo que a carta do Fogo editada por Deville quase meio século antes era muito melhor que as cartas portuguesas.

A Comissão de Cartografia iniciou a partir de 1910 uma outra cobertura, depois de um interregno de quinze anos após a conclusão da série anterior, agora com 10 folhas, de escalas variáveis consoante as ilhas (1:80 000 a

1:170 000). Embora a edição se tenha estendido até 1916 e apesar das recomendações feitas ao governo português para que se publicassem rapidamente melhores cartas (W. BERGT, 1914), nenhuma melhoria considerável seria introduzida e a utilização das curvas de nível, para figurar de modo mais rigoroso o relevo, só se faria nas cartas oficiais portuguesas deste arquipélago já entrados os anos 20, quando tal acontecera 60 anos antes nas do Continente.

Importantes para a preparação da primeira cobertura de Cabo Verde feita pela Comissão de Cartografia (1886-1894), bem como das primeiras cartas e planos hidrográficos que ela igualmente promoveria, foram os trabalhos efectuados por SENA BARCELOS, também ele oficial da Armada, que em Cabo Verde, sua terra natal, esteve várias vezes em comissão de serviço. De entre as suas publicações contar-se-iam um *Roteiro* do arquipélago (1892), com 11 cartas, uns *Subsídios* para a sua história e a da Guiné (6 vols., 1899-1912) e *Alguns apontamentos sobre as fomes (...)* (1904). O *Roteiro* de SENA BARCELOS parece ter sido um trabalho importante por não existirem, à época, outros mais completos, actualizados e fiáveis, pois eram utilizados pelos pilotos portugueses roteiros nacionais muito antigos ou traduções mais ou menos modificadas de roteiros estrangeiros. Nele, cada ilha é tratada separadamente e acompanhada de uma carta desenhada à mão, gravada em madeira; as suas 10 representações parcelares, todas na escala de 1:100 000, a que se junta ainda uma carta geral do arquipélago, são mais esboços do que realizações definitivas e contêm mais informações terrestres do que as de interesse para apoio à navegação (a maioria delas não comporta a representação das profundidades).

Pretendendo integrar a Comissão de Cartografia, por volta de 1888, para, sem remuneração, efectuar estudos e corrigir as cartas de cada uma das ilhas, a oferta de Sena Barcelos não foi aceite. Mover-lhe-iam dificuldades e só dez anos depois seria proposto pela Comissão para proceder a estudos hidrográficos e topográficos dos portos e lugares principais de Cabo Verde, que ele imediatamente iniciou. Mas as intrigas persistiram durante a sua comissão, que durou cinco anos, dando origem a «falsos commentarios oraes e a criticas acerbas feitas à bôcca fechada» (SENA BARCELOS, 1904). Os trabalhos executados, só com a ajuda de um auxiliar que fazia o registo das observações e o acompanhava nas sondagens, de acordo com as instruções recebidas de Brito Capelo, à época presidente da Comissão de Cartografia, eram regularmente enviados para Lisboa para serem verificados por «quem sabia» (compreendendo desenhos com os levantamentos e ainda observações feitas com um teodolito e cálculos, que se conservam hoje em arquivo). Estes levantamentos, feitos geralmente em escalas de 1:5000 e 1:10 000, que abrangem um total de 13 portos (2 levantados em 1899, em Santo Antão e S. Vicente; 3 em 1900, Sal, Maio e Fogo; 3 em 1901, Sal, Boavista e Brava; 2 em 1902, Santiago; e 3 em 1903, Santiago e Brava), seriam publicados entre 1900 e 1907 (12 folhas, 1:5000 a 1:20 000). Eles integrariam um primeiro conjunto, comportando mais de duas dezenas de planos hidrográficos, editado a preto e branco pela Comissão de Cartografia sobre Cabo Verde, entre 1886 e 1924 (1:2000 a 1:20 000). Mais do que nas cartas

grosseiras das ilhas, que ilustram o seu *Roteiro*, a acção de Cristiano José de Sena Barcelos fez-se sobretudo sentir no surgimento de novas representações hidrográficas dos portos da sua terra natal, trabalho para o qual estaria provavelmente mais habilitado.

As considerações atrás apontadas justificam talvez por que razão os esboços das ilhas de Cabo Verde publicados no *Roteiro* de Sena Barcelos, de 1892, parecem ter tido tão pouca repercussão nas cartas preparadas na mesma época pela Comissão de Cartografia. Se, por um lado, a maioria daqueles esboços não parece basear-se nas primeiras folhas anteriormente editadas por esta Comissão, por outro, neles pouco se basearam as posteriores ao *Roteiro*. Veja-se o caso do que aconteceu com a ilha da Boavista (embora não possa ser generalizado às restantes ilhas): Sena Barcelos apresentara para esta ilha, como para as restantes, uma imagem grosseiramente sugestiva das elevações, que uma espécie de normais elevam de um fundo mais ou menos ponteadado, isoladas e desligadas, sem qualquer valor de altitude (ao contrário de outras cartas); a coordenada por Ernesto de Vasconcelos, editada pela Comissão de Cartografia quatro anos antes na mesma escala, é idêntica às cartas náuticas inglesas, tanto à representação parcelar da Boavista, de 1819, como à sua imagem reduzida na carta geral 1:500 000, de 1822, ambas já levantadas portanto há 70 anos (fig. 1 e 2). O mesmo acontece, aliás, com as duas cartas gerais 1:500 000, a inglesa (1822) e a portuguesa (1900), onde até nas sondas que envolvem a ilha da Boavista as imagens se assemelham. Apenas pequenos retoques as permitem diferenciar (fig. 1). E mesmo quando a Comissão de Cartografia fez, em 1911, nova edição da folha da Boavista, agora 1:150 000, a figuração do relevo subsiste decalcada das cartas inglesas do princípio do século anterior (fig. 2). Parece provar-se, pois, que a acção do organismo oficial português responsável pela Cartografia das colónias se limitava pouco mais que a compilar informações existentes e a editá-las sob uma aparência mais homogênea.

Só notámos semelhanças das cartas de Sena Barcelos (1892) com as da Comissão de Cartografia em relação às ilhas do Fogo (1894, aliás a única que apresenta delimitação das freguesias, à semelhança de todas as de Sena Barcelos) e Brava (1891), ambas com a indicação expressa de se terem baseado naquelas, e algumas similitudes nas do Sal (1887) e de S. Nicolau (1887), que podem eventualmente ter sido retocadas por Sena Barcelos. Em contrapartida, a ilha de Santiago tem, neste autor, uma informação mais densa sobre lugares, cursos de água, caminhos (com distâncias), cotas, etc., que as duas edições da Comissão de Cartografia (de 1890 e 1910) não traduzem.

Mal se havia iniciado a segunda cobertura de Cabo Verde, nos anos 10 do século XX, quando I. FRIEDLAENDER (1913, tradução portuguesa de 1914), um alemão que visitou este arquipélago em 1912, publica um conjunto de cartas (1:100 000 e 1:200 000) completamente novo, já com o relevo representado por curvas de nível. Pouco reflexo parecem ter tido, no entanto, sobre as representações que os portugueses apressadamente refaziam (fig. 3). As suas cartas, acompanhadas por perfis, foram organizadas pelo autor a partir das cartas

inglesas e portuguesas publicadas e utilizando ainda informações provenientes dos itinerários por ele percorridos e das suas medições barométricas. Ele desenharia completamente o interior da maioria das ilhas mas adoptaria, no geral, a linha de costa das cartas existentes, apesar de a considerar muito defeituosa, por não a ter levantado, a não ser na Brava. Determinou altitudes, estimou as que não estavam no seu itinerário e utilizou pela primeira vez curvas de nível nas cartas das ilhas de Cabo Verde, embora considerando que estas «devem ser tomadas como um meio de representação do terreno, e não têm pretensões a merecer confiança».

Pensava a Comissão de Cartografia reproduzir, com correcções, as cartas publicadas por Friedlaender, todas datadas de 1912, o que não veio a acontecer. Apenas no caso da ilha Brava, a nova edição da carta portuguesa, publicada por aquela Comissão em 1916, diz expressamente ser baseada na alemã. Na realidade, esta ilha muda completamente de configuração e até de posição e o ponto mais alto (Pico das Fontainhas) diminui 110 m em relação ao que ficara expresso na primeira folha publicada (1891). Também a carta portuguesa da ilha do Fogo, da mesma época, pouco tem a ver com a versão anterior (1894) e, embora neste caso não seja referido, ela é agora em tudo idêntica à de Friedlaender; o Pico desce em ambas 350 m em relação à de 1894, aproximando-se dos cerca de 2830 m actuais. A ilha de Maio, que não tivera representação na primeira cobertura da Comissão de Cartografia, assemelha-se também à alemã na versão de 1916, embora sem a mesma posição geográfica e sem o mesmo contorno (mas a escala é também diferente, 1:90 000, na de 1916, e 1:200 000, em 1912). Só um cuidadoso exame comparativo permitirá reconhecer influências de uns e de outros. Mas o que parece não suscitar dúvida é que os portugueses se limitaram, nesta fase das actividades cartográficas, a publicar informação já existente.

Sobre as cartas portuguesas dirá Friedlaender que elas assentam em grande parte nos trabalhos ou indicações de Sena Barcelos, considerando que o interior das ilhas está nelas deficientemente representado e que as indicações das altitudes são «quase que sem excepção erradas e [que] mesmo os contornos das costas deixam muito a desejar», em particular no caso da ilha Brava.

Permitimo-nos aqui transcrever o que ERNESTO DE VASCONCELOS disse, em 1916, a propósito da Cartografia cabo-verdiana, certamente em resposta às muitas críticas que lhe eram dirigidas sobre os mapas que ele coordenara: «Os esboços (...) eram decerto imperfeitos; mas não havia melhor dentro e fóra do paiz. À sua existência deve Friedlaender, o ter podido fazer com rapidez os esboços topograficos, que se encontram no final da sua obra (...). Para que uma boa administração se possa effectuar, bem como os inherentes trabalhos de fomento, é indispensavel e urgente mandar proceder ao levantamento methodico das ilhas de Cabo Verde. Por nossa parte temos feito tudo quanto na nossa esphera de acção cabe, para que isso se pratique (...). É improprio que estrangeiros venham aos nossos territorios realisar estudos, que a soberania portuguesa de ha muito deveria ter ordenado». Entre os trabalhos portugueses

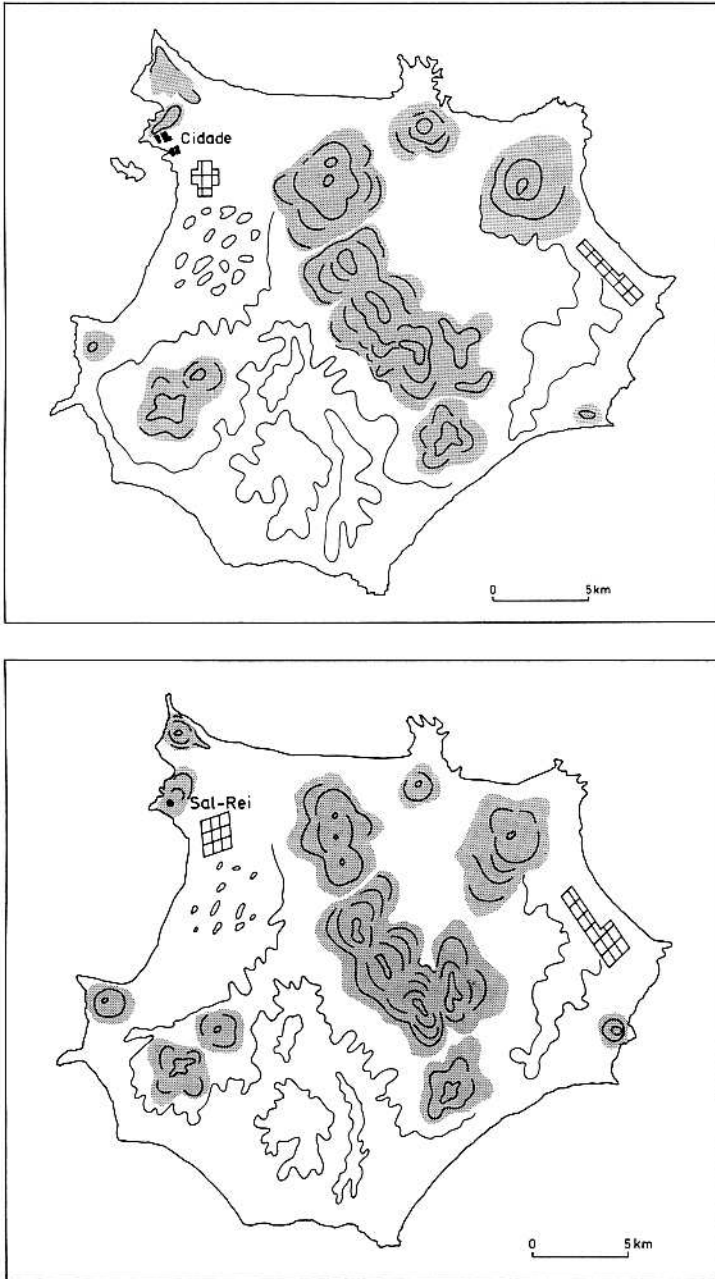


Fig. 1 – Representação da ilha da Boavista, esquematizada a partir das cartas gerais de Cabo Verde (1:500 000) editadas pelo Almirantado Inglês (1822), ao topo, e pela Comissão de Cartografia (1900), em baixo. Em ambas, o relevo surge figurado por uma espécie de normais, tendo-se extraído para estes esboços os traços mais sugestivos das formas e sugerido as elevações por ponteados densos. As salinas estão representadas por um reticulado.

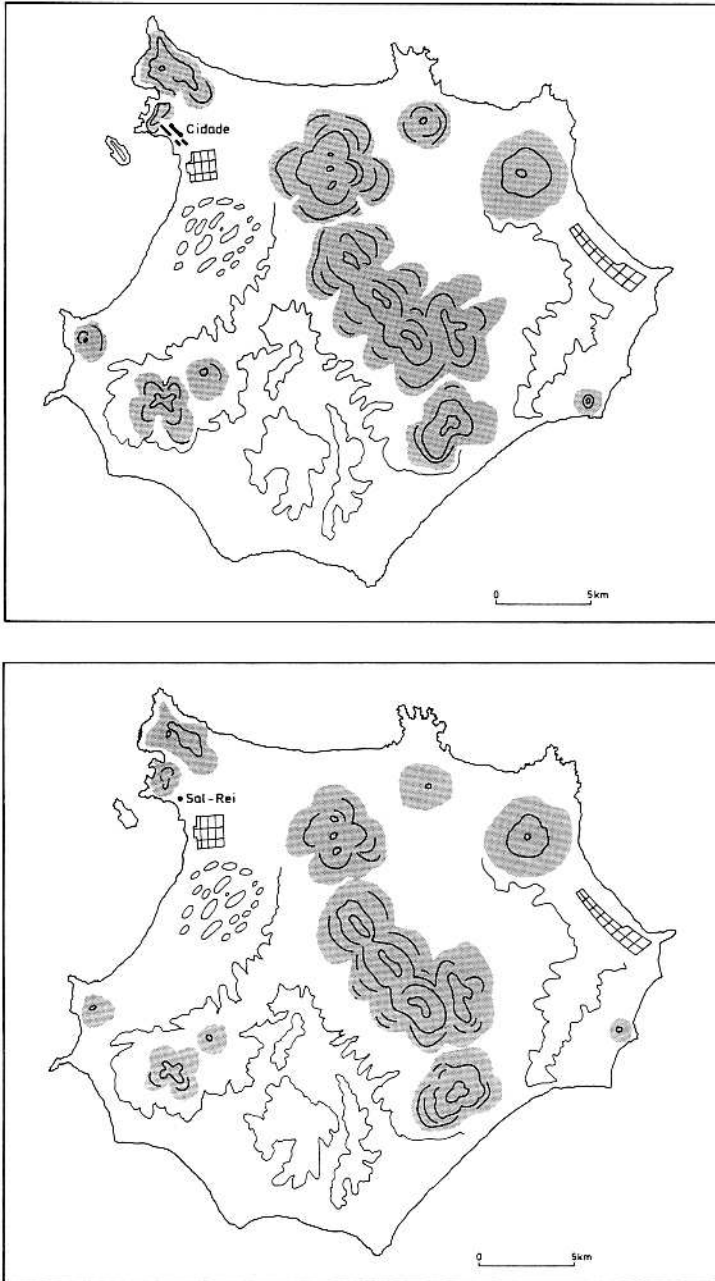


Fig. 2 – Representação da ilha da Boavista, esquematizada a partir da carta de pormenor do Almirantado Inglês (1819), ao topo, e da que foi coordenada por Ernesto de Vasconcelos e editada pela Comissão de Cartografia (1888, 1:100 000), em baixo. Em ambas, o relevo surge figurado por sombreados (ver restantes comentários na figura anterior).

contemporâneos refere, reconhecendo limitar-se a «bem pouco»: o levantamento das cartas dos portos, por solicitação e proposta da Comissão de Cartografia, e uns esboços de cartas de diversas ilhas, publicadas pela mesma Comissão, a que junta as do *Roteiro* de Sena Barcelos.

A REFORMA DA COMISSÃO DE CARTOGRAFIA E O INÍCIO DOS TRABALHOS MODERNOS NOS ANOS 20

Os trabalhos geodésicos em Cabo Verde foram efectuados entre 1926 e 1931. Nessa altura, estabeleceram-se para cada ilha redes de triangulação diferentes, ao mesmo tempo que eram feitas as ligações geodésicas entre ilhas e entre os dois conjuntos em que estas foram agrupadas. Mediram-se então 7 bases e criaram-se 337 pontos geodésicos.

Apoiados nestes trabalhos, decorreram na mesma altura os levantamentos cartográficos, nas escalas de 1:50 000 e 1:100 000, e prepararam-se as novas cartas, ilha a ilha. Já com curvas de nível (cuja equidistância foi de 50 metros e, em 4 ilhas, de 100 metros), as cartas foram maioritariamente editadas na escala de 1:100 000 e, em menor número, na de 1:50 000 ou mesmo na de 1:75 000. A quase totalidade destas folhas foi publicada no período dos primeiros trabalhos geodésicos (1926-1931), embora duas datem do começo dos anos 20 e três tenham sido levantadas entre 1920 e 1921, depois actualizadas e completadas. À excepção da mais tardia, já em segunda edição (Boavista, 1937), todas foram da responsabilidade da Comissão de Cartografia, que seria reformada em 1936.

Enquanto isso, nas restantes colónias portuguesas haviam já sido iniciados alguns trabalhos geodésicos, como em Moçambique, onde a Missão Geodésica da África Oriental, sob a direcção de Gago Coutinho, efectuou, entre 1907 e 1910, a triangulação de uma vasta área litoral, trabalhos estes recomeçados a partir de 1932 e que permitiram a elaboração da cobertura 1:250 000 (60 fls., 1936-1955) e 1:500 000 (18 fls., 1939-1956). Depois, seguiu-se-lhe a ilha de S. Tomé (1915-1918), cujos trabalhos (considerados os mais completos e importantes feitos nestes territórios), sob a mesma direcção, foram também acompanhados de levantamento topográfico. E após Cabo Verde seria a vez da ilha do Príncipe (1929-1930), de Angola (1930-1933 e a partir de 1941), de Timor (1937-1940), cujos trabalhos se perderam completamente quando eclodiu a II Guerra Mundial, tudo tendo recomeçado a partir de 1954) e da Guiné (1944-1947).

A prestigiada Comissão de Cartografia, essencialmente constituída por oficiais da Armada, conduziria, durante mais de meio século, os destinos da Cartografia portuguesa em territórios ultramarinos. Ela teve o seu apogeu com os trabalhos de delimitação das fronteiras africanas, e com a colaboração prestigiada de Gago Coutinho, altura em que se iniciaram os trabalhos da Geodesia e da moderna Cartografia. Foi no final desses trabalhos que se criaram as missões geográficas, primeiro, e as missões hidrográficas, depois. Quando Gago Coutinho se retira do serviço activo, ele que fora seu Presidente desde 1925 e

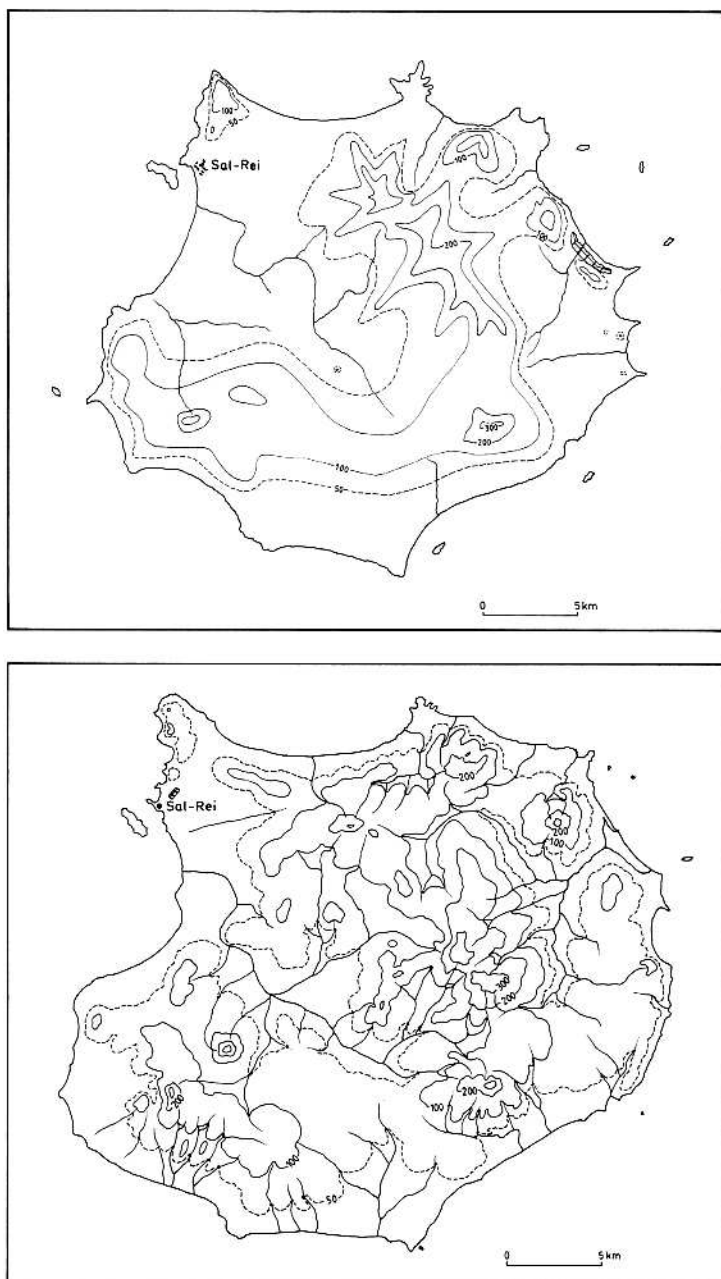


Fig. 3 – Primeiras representações da ilha da Boavista com o relevo figurado por curvas de nível (equidistância: 50 m), esquematizadas a partir da carta de I. Friedlaender (1912, 1:200 000), ao topo, e da editada pela Comissão de Cartografia (1924, 1:100 000), em baixo. Extraíram-se apenas as curvas de nível com um intervalo de 100 metros, acrescentando-se a traço descontinuo a de 50 metros, e suprimiram-se as restantes informações.

que nas várias missões que desempenhara como geógrafo desde 1898 a ela estivera estreitamente ligado, a Comissão decaí vertiginosamente e as missões operam de forma quase independente. A reestruturação, iniciada em 1936, com a substituição da Comissão de Cartografia pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, era muito vasta e ambiciosa. A vida desta Junta foi, no entanto, curta: duraria menos de 10 anos, não trazendo nova dinâmica à Cartografia colonial. Ao alargamento das suas competências e à vastidão dos trabalhos que se pretendia executar não corresponderam nem as verbas suficientes nem as condições de trabalho (a Junta ocupava então duas ou três salas no sótão do Ministério das Colónias). Mas falhou também a interligação das actividades. E quando era novamente reformada, em meados da década de 40, lamentava-se que não fosse retomada a velha Comissão de Cartografia, em vez da arrumação dos trabalhos em juntas geográficas, por um lado, e hidrográficas, por outro, e que não fossem instalados serviços de geodesia, cartografia e cadastro nas colónias.

Por outro lado, as primeiras coberturas temáticas são tardias e o seu desenvolvimento será sobretudo da responsabilidade da nova Junta de Investigações do Ultramar, a que conduziram as sucessivas reestruturações verificadas: data de 1957 a cobertura agrícola de todo o arquipélago (1:50 000 a 1:100 000), enquanto a realização das cartas geológicas se dispersa no tempo (1968, ilha Brava e ilhéus Secos, 1:50 000; 1973-75, ilha de Santiago, 12 fls., 1:25 000; etc.) e o mesmo se parece ter passado com as cartas de solos.

A PARTICIPAÇÃO DOS ORGANISMOS CARTOGRÁFICOS NACIONAIS

As dificuldades com que decorreram os trabalhos geodésicos em Cabo Verde e as deficiências na ligação entre ilhas determinaram a sua revisão nos anos 50. Mas só se conheceriam novas cartas, agora com apoio fotogramétrico, a partir do final da década de 60, em pleno período da Guerra Colonial (1961-1974), quando os serviços cartográficos militares portugueses estenderam a Cabo Verde a cobertura 1:25 000, idêntica à do Continente. As suas 64 folhas seriam rapidamente levantadas pelo então designado Serviço Cartográfico do Exército num período de cinco anos (1968-1972) mas publicadas de forma arrastada a partir de 1968: segundo as informações que nelas constam, 30 % foram editadas até ao fim da Guerra Colonial, cerca de 20 % no ano da independência do território (1975) e a restante metade é posterior, desconhecendo-se as datas³. E desta carta 1:25 000 prepara-se agora uma nova edição,

³ Por um catálogo dos serviços responsáveis, de 1978, estava por editar nesta altura 58 % da cobertura, correspondendo a todas as folhas impressas sem data de edição, mas que comportam já a menção da República de Cabo Verde, e mesmo a algumas em que é referido o ano de 1975 ou até de 1972 e 1973.

ao abrigo de protocolo estabelecido recentemente entre a República de Cabo Verde e o Instituto Geográfico do Exército português (J. GRILLO, 1996).

Apesar das várias reestruturações dos serviços responsáveis pela Cartografia colonial, nada mais se fez de relevante posteriormente aos anos 30 no campo da Cartografia topográfica em Cabo Verde, com excepção dos trabalhos mais tardios executados pelo Serviço Cartográfico do Exército português (o que, de modo algum, significa que o mesmo tenha acontecido também nas outras colónias). Mas a Cartografia hidrográfica conhece ainda um novo surto de renovação: Cabo Verde passa a dispor, a partir do final dos anos 40, de novas cartas e planos hidrográficos, agora a cores, primeiro editados pela Junta de Investigações do Ultramar e, depois do começo dos anos 60 e até aos nossos dias, pelo Instituto Hidrográfico.

Após a independência de Cabo Verde, a indefinição dos serviços que competiam à antiga Junta prolongou-se até 1982, altura em que surgiu o Instituto de Investigação Científica Tropical. Ao contrário de outros antigos territórios ultramarinos, onde a instabilidade política e social não tem permitido desenvolver relações de cooperação científica e técnica estáveis, Cabo Verde manteve desde a sua independência estreitos laços com Portugal, apesar das dificuldades de um e de outro. É neste novo contexto que aquele Instituto edita, entre 1984 e 1988, a *Carta Agro-Ecológica e de Vegetação*, 1:50 000, referente a quatro ilhas e com notícias explicativas em separado, e o *Mapa Escolar* de Cabo Verde, 1982-1983, com 9 folhas (1:50 000 e 1:100 000) e um mapa de conjunto (1:400 000). Mas os investimentos em novas e actualizadas coberturas cartográficas não têm sido muito significativos.

Também os atlas merecem aqui uma referência destacada. Depois do *Atlas Colonial Português* (edições reduzidas de 1903 e 1909 e edição de 1914, com 10, 11 e 22 cartas, respectivamente, mas nas quais Cabo Verde só estava representado numa carta geral) e do *Atlas de Portugal Ultramarino (...)* (1948, com uma carta do arquipélago, 10 cartas das ilhas e 6 cartas temáticas), novo projecto surgiria nos anos 80 no quadro do Centro de Geografia do Instituto de Investigação Científica Tropical, liderado por Ilídio do Amaral, director deste Centro, agora com o apoio das novas tecnologias e que se espera ver concluído muito em breve.

REMATE

A Cartografia portuguesa conheceu, a partir de meados do século XIX, uma renovação profunda, a que nem sempre se tem sabido dar o destaque e o valor merecidos. Data de então a institucionalização das suas actividades, que enquadrou os trabalhos geodésicos iniciados nos finais de Setecentos e a produção de uma inovadora cobertura topográfica do Continente (1:100 000, 37 fls., 1856-1904); a acção do organismo então criado estendeu-se ainda pelas cartas hidrográficas e pelas temáticas. Mas a situação política e social em Portugal

fez atrasar em cerca de meio século o arranque dos trabalhos cartográficos modernos.

Essas capacidades de realização, já demonstradas, repercutir-se-iam muito tardiamente nos territórios coloniais. Aqui, a organização dos trabalhos deu-se apenas a partir dos anos 80 do século XIX, com a criação da Comissão de Cartografia. Com colónias longínquas e muito extensas, a necessitarem de coberturas (terrestres e hidrográficas) urgentes, houve necessidade de realizar, com os poucos recursos disponíveis, compilações rápidas, mas uniformizadoras. Não era possível exigir-se, na geodesia e nos levantamentos topográficos, o mesmo trabalho minucioso que tinha ocupado, década após década, os técnicos portugueses. Daí que, por exemplo, o recurso à figuração do relevo através das curvas de nível, utilizado nas cartas portuguesas do Continente desde 1861, só tenha ocorrido 60 anos depois nas de Cabo Verde. Também a primeira cobertura deste território com apoio fotogramétrico só foi iniciada no final dos anos 60, enquanto a fotografia aérea se utilizava já em Portugal há 40 anos e se bana-lizara depois de 1940.

A Cartografia portuguesa, muito activa nas colónias, deixou, apesar do atraso com que as inovações se manifestaram nas suas actividades, uma herança notável aos jovens países tornados entretanto independentes. E as cartas feitas pelos organismos nacionais até esse momento, apesar de hoje estarem desactualizadas, continuam ainda a ser em muitos casos as únicas disponíveis.

ALGUMAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARCELLOS, C. J. S. (1892) – *Roteiro do Archipelago de Cabo Verde*. Typ. do Jornal, Lisboa.
- BARCELLOS, C. J. S. (1904) – *Alguns apontamentos sobre as fomes em Cabo Verde desde 1719 a 1904*. Typ. da Cooperativa Militar, Lisboa.
- BERGT, W. (1914) – *A Cartografia contemporanea das ilhas de Cabo Verde*. In: *Subsídios para o conhecimento das ilhas de Cabo Verde*, I. FRIEDLAENDER, Tip. da Cooperativa Militar, Lisboa, 1914 (tradução de *Die neue Kartographie der Kapverdischen Inseln*, 1913)
- CABRAL, F. A. (1804, 1806) – *Memoria hydrographica das ilhas de Cabo Verde, para servir de instrucção á carta das mesmas ilhas, publicada em o anno de 1790*. Off. de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 2 vols.
- Cartas geográficas das províncias ultramarinas portuguesas. Catálogo*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1963.
- Catálogo das cartas existentes na Junta de Investigações do Ultramar*. Secção de Cartografia Antiga, Lisboa, 1960, 2 vols.
- CHELMICKI, J. C. C. de (1841) – *Corografia cabo-verdiana ou descripção geographico-historica da provincia das ilhas de Cabo-Verde e Guiné*. Typ. de L. C. da Cunha, Lisboa, 2 vols.
- CONCEIÇÃO, J. F. da (1970) – *A evolução da Geodesia e a ocupação geodésica do Ultramar português em África*. Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.
- COSTA, A. F. da (1939) – *Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes, 1506-1508*. Agência Geral das Colónias, Lisboa.

- DEVILLE, Ch. S.-C. (1848-1849) – *Voyage géologique aux Antilles et aux îles de Ténériffe et de Fogo*. Gide et J. Baudry, Paris, 2 vols.
- DIAS, M. A. (1959) – A Cartografia no ultramar português. Estado actual. *Garcia de Orta*, 7(1), Lisboa: 173-185.
- FEIJÓ, J. de S. (1815) – Ensaio economico sobre as ilhas de Cabo Verde em 1797. In: *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, V, Lisboa.
- FRIEDLAENDER, I. (1913) – *Beitrage zur Kenntnis der Kapverdischen Inseln: die Ergebnisse einer Studienreise im Sommer 1912*. Berlin, Dietrich Reimer (tradução de A. J. Garcia Guerreiro, *Subsidios para o conhecimento das Ilhas de Cabo Verde. Resultados de uma viagem de estudo no verão de 1912*. Tipografia da Cooperativa Militar, Lisboa, 1914).
- GRILLO, J. A. D. E. (1996) – Cooperação técnico-militar com a República de Cabo Verde. Projecto de actualização de cartas 1/25 000 da R. de Cabo Verde. *Bol. do Inst. Geog. do Exército*, 58, Lisboa: 36-43.
- GUERREIRO, I. (1985) – *A Sociedade Real Marítima e o exame das cartas hidrográficas: censura da Carta de Cabo Verde, de Francisco António Cabral (1790)*. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Coimbra, Série Separatas, 180 (sep. *Bol. Bibl. Univ. Coimbra*, 39, 1984).
- INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL (1983) – *Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983). 100 anos de História*. Lisboa.
- LIMA, J. J. L. de (1844) – *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas (...). Livro I – Ensaio sobre a statistica das ilhas de Cabo-Verde no Mar Atlantico e suas dependencias na Guiné Potugueza ao Norte do Equador*. Imprensa Nacional, Lisboa, vol. I.
- MATOS, M. P. de (1946) – Geodesia e Cartografia nas colonias. *Bol. da Soc. de Geog. de Lisboa*, 9-10, Lisboa: 433-457.
- MEDEIROS, C. A. (1968) – Notícia da Cartografia do arquipélago de Cabo Verde. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, III (5), Lisboa: 123-129.
- MENDES, H. G. (1973) – O geógrafo Gago Coutinho. A homenagem que ainda não teve a sua mensagem cartográfica. *Bol. do Serv. Cart. do Exército*, 42, Lisboa: 3-34.
- MOTA, A. T. da (1961) – *Cinco séculos de Cartografia das ilhas de Cabo Verde*. Junta de Investigações do Ultramar, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, I, Lisboa (*Garcia de Orta*, 9(1), Lisboa: 11-16).
- MOTA, A. T. da (1972) – *Acerca de recente devolução a Portugal, pelo Brasil, de manuscritos da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica (1793-1807)*. Junta de Investigações do Ultramar, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, LXXIV, Lisboa.
- Rapport sur les travaux géodésiques exécutés dans les provinces portugaises d'Outre-Mer présenté à la onzième Assemblée Générale de l'Union Géodésique et Géophysique Internationale, par la Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar*. Toronto, 1957.
- RIBEIRO, O. (1956) – As ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX. Memórias de António Pusich, publicadas e anotadas por Orlando Ribeiro. *Garcia de Orta*, IV (4), Lisboa: 605-634.
- SILVEIRA, L. [1956] – *Ensaio de iconografia das cidades portuguesas do Ultramar*. Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, vol. II.
- VASCONCELLOS, E. J. de C. e (1916) – *Colonias portuguezas. I – Archipelago de Cabo Verde. Estudo elementar de Geografia phisica, economica e politica*. Centro Typographic Colonial, Lisboa.